

Índice

[Juntos pela economia de baixo carbono. Mas como assim?](#)

[Como captar R\\$ 70 bilhões para conservar a Amazônia?](#)

[Por que abastecer o carro com etanol vale a pena?](#)

[Como a agropecuária brasileira pode contribuir para enfrentar as mudanças do clima?](#)

[O que o Brasil tem a ensinar e a aprender sobre o combate ao desmatamento](#)

[Por que o biodiesel é importante para o clima e para a economia](#)

[Por que você deve procurar saber sobre a origem da madeira que utiliza](#)

[Como plantar árvores vira um grande negócio](#)

[A transparência do Cadastro Ambiental Rural contribui com a fórmula 'produzir e conservar'](#)

[Como a eletricidade da cana produz benefícios para além da energia limpa](#)

[Logística de baixo carbono é uma solução inteligente para a agricultura](#)

[O clima entre Trump e Temer](#)

[Multilateralismo e mecanismos de mercado de carbono](#)

Juntos pela economia de baixo carbono. Mas como assim?

23/09/2016

Um grupo de brasileiros se uniu em dezembro de 2014 para formar um movimento pioneiro de nome um tanto enigmático: Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Não é uma ONG, nem uma associação, ou uma empresa, mas se entende como movimento. Essas pessoas representam, na verdade, muitas organizações e empresas dos mais variados segmentos (florestais, cosméticas, portuárias, alimentícias etc.) e associações setoriais. O ponto em comum é uma transformação necessária e inevitável: a transição do modelo econômico atual para uma economia de baixo carbono.

E o que é uma economia de baixo carbono? São várias as definições: atividades produtivas que emitem pouco ou nenhum gás causador do efeito estufa (GEE, no jargão, ou carbono), mais eficiência nos processos produtivos, menos pressão sobre recursos naturais, responsabilidade social e ambiental em toda a cadeia produtiva. Para o grupo que criou a Coalizão, a

economia de baixo carbono envolve tudo isso, e, principalmente, é pautada pelo "e": ou seja, produzir com ganhos econômicos e cuidar para que os GEE não comprometam a existência humana na Terra.

O lançamento oficial da Coalizão se deu em junho de 2015, e em setembro de 2016 o movimento já contava com mais de 140 integrantes. Seu objetivo? Fazer o Brasil adotar a economia de baixo carbono para garantir mais competitividade, inclusão social e preservação ambiental. O foco de ação está nas atividades de uso da terra (agropecuária) e de mudanças no uso da terra (desmatamento), que englobam agricultura e florestas, bem como sua interação com as mudanças climáticas. Há bons motivos para isso.

Primeiro, a elevação da temperatura do planeta e as alterações no clima provocam anomalias nos padrões de chuva, ondas de calor intensas, mais força e frequência de tempestades. E o que esses

Juntos pela economia de baixo carbono. Mas como assim?

fenômenos trazem? Derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, deslizamentos, enchentes, doenças, perda de safras agrícolas, desaparecimento de espécies. Segundo, os cientistas do Painel Intergovernamental para as Mudanças do Clima (IPCC) explicam que esse aquecimento é causado pelo aumento de emissões de dióxido de carbono (CO²) e de outros GEE e que as atividades humanas contribuem fortemente para isso.

Do total aproximado de 50 bilhões de toneladas de CO² equivalente (CO²e, uma unidade de medida que inclui todos os GEE) emitidas por ano no planeta, dois segmentos econômicos são os principais responsáveis pelas emissões de GEE: produção de eletricidade e aquecimento (29%) e mudança no uso da terra (24%). Só em 2014, cerca de dois terços das emissões no Brasil (1,5 bilhão de toneladas de CO²e) estavam associadas à agropecuária ou à mudança no uso da terra, de acordo com o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa (SEEG).

Nesse cenário, a Coalizão é um

movimento multissetorial, singular, que abre espaço para diferentes vozes expressarem suas opiniões, buscando o consenso e promovendo iniciativas transformadoras. Seus principais temas são: bioenergia, economia da floresta tropical, recuperação e restauração florestal, implementação do Código Florestal, agropecuária de baixo carbono, valoração do carbono e cooperação internacional.

O movimento mantém conversas com governo e sociedade e apresenta propostas concretas para o Brasil exercer a economia de baixo carbono, pois sabe que emitir menos gases de efeito estufa é o principal desafio deste século 21. Não à toa esteve presente e atuante na assinatura do Acordo do Clima em Paris e está trabalhando, por meio de cooperação com o governo, para que o Brasil cumpra suas metas de fato e nos prazos. É possível resolver esse problema, juntos! Quem viver verá!

Como captar R\$ 70 bilhões para conservar a Amazônia?

27/09/2016

A Amazônia brasileira é um colosso: tem a maior área de floresta tropical do planeta, é o maior bioma do Brasil, com mais de 4,1 milhões de km² de extensão, ou cerca de 60% do território nacional, e nela vivem em torno de 20 milhões de pessoas. Entretanto, gera menos de 8% do PIB brasileiro e enfrenta sérios problemas sociais e ambientais. Sua economia depende basicamente da exploração de recursos naturais e minerais e do agronegócio, que já levou à substituição de cerca de 20% de sua cobertura florestal original por pastagens e outros cultivos agrícolas.

Daí vem a pergunta: como desenvolver a economia da região sem destruir suas florestas e biodiversidade? A resposta é: por meio da possibilidade, muito real, de se obter R\$ 70 bilhões para a Amazônia e, assim, conciliar prosperidade e conservação.

Nos últimos dez anos a Amazônia gerou a maior contribuição já feita por um país para combater as mudanças climáticas. Em 2004, as emissões totais do Brasil foram de 3,8 GtCO₂e (gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente), sendo mais de 75% do setor de mudança de uso da terra (segundo o SEEG - Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa), que significa a alteração na cobertura original do solo e inclui o desmatamento. A derrubada de florestas na Amazônia é o maior responsável por essas emissões.

Devido a uma série de fatores econômicos, sociais e principalmente de esforços do governo federal, estados, municípios, sociedade civil e populações tradicionais e indígenas, chegamos a 2014 com uma taxa de desmatamento de 5 mil km² - uma redução de 80% em relação a 2004! E as emissões nacionais foram de 1,8 GtCO₂e no ano de 2014 (SEEG).

Ou seja, a contribuição para o clima foi enorme. Além disso, nos últimos oito anos, mais de 4 GtCO₂e deixaram de ser lançadas para a atmosfera, valor próximo ao que a União Europeia emitiu só em 2013 (4,4 GtCO₂e). Com isso, o Brasil ganhou enorme destaque e reconhecimento internacional. Tal feito era para ser comemorado, não fosse um problema: esse gigantesco ativo ambiental e contribuição climática não foram reconhecidos e valorizados, e tudo indica que o desmatamento voltará a crescer.

Com raras exceções, o cenário e os desafios socioeconômicos continuam praticamente os mesmos. As atividades produtivas e a economia regional seguem iguais a dez anos atrás. Pior: a forte recessão econômica que afeta o Brasil, da ordem de -3,8% do PIB em 2015, foi maior nos estados da Amazônia. Por exemplo, a recessão foi de -9,1% no Amazonas; de -6,2% no Amapá; e de -5,2% em Rondônia. O desempenho econômico negativo foi acompanhado de forma direta pelo aumento no desmatamento.

Como captar R\$ 70 bilhões para conservar a Amazônia?

Este vem subindo seguidamente nos últimos três anos e se prevê um aumento de 97% para 2016.

É um contrassenso que a região que gerou mais de 55% das reduções de emissões no Brasil e nos colocou na vanguarda mundial do debate sobre mudanças climáticas siga na pobreza e sem alternativas de desenvolvimento sustentável.

O mecanismo chamado Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) é nossa melhor oportunidade para alavancar recursos e lidar com os desafios sociais e econômicos da região. Por ele, projetos que conservaram a floresta são aptos a obter recursos. Os valores podem garantir investimentos nos estados e municípios, criando um ambiente favorável para a participação do setor privado e um novo caminho para uma economia com baixa emissão de carbono.

No entanto, para isso, é preciso melhorar radicalmente a estratégia de captação de recursos para colocar em prática o mecanismo no Brasil. Até agora, foram obtidos pouco mais de R\$ 3 bilhões como pagamento por resultados de REDD+. Os recursos foram aportados no Fundo Amazônia,

administrado pelo BNDES, principalmente pelos governos da Noruega e da Alemanha. A quantia, porém, representa menos de 6% dos R\$ 70 bilhões que poderiam ser captados pelo Brasil via REDD+ (considerando o valor de referência de U\$ 5 por tonelada de CO² e utilizados pelo Fundo Amazônia em seus contratos).

O momento é oportuno e urgente para elaborarmos novos arranjos e estratégias para que esse volume de recursos chegue a quem efetivamente precisa dele. É necessário retomar o diálogo e a confiança entre o governo federal e os grupos envolvidos na construção de um marco regulatório robusto para REDD+, em nível nacional. Afinal, o desmatamento tem aumentado também em outros biomas, como o Cerrado.

É fundamental envolver governos estaduais, municípios, setor privado, sociedade civil, produtores rurais, comunidades tradicionais e indígenas de forma diferente do que vinha sendo proposto nos últimos anos pelo Ministério do Meio Ambiente. Só assim conseguiremos maximizar investimentos para a manutenção e a valorização do enorme ativo florestal da Amazônia brasileira.

** Pedro Soares é gerente do Programa de Mudanças Climáticas e REDD+ do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - Idesam*

**Mariano Colini Cenamo é fundador e pesquisador sênior do Idesam.*

O Idesam é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Os autores participam do Grupo de Trabalho de Valoração e Serviços Ecosistêmicos da Coalizão.

Por que abastecer o carro com etanol vale a pena?

13/10/2016

O Brasil viveu uma revolução "verde" com o etanol de cana-de-açúcar nos últimos quarenta anos. Desde a década de 1970, quando foi criado o Proálcool, o mais bem-sucedido programa do país de substituição de um combustível fóssil (gasolina) por um de origem vegetal (etanol), os brasileiros vêm desfrutando de inúmeros benefícios socioeconômicos e ambientais da produção e do uso desse biocombustível. As áreas de mudanças climáticas e de saúde concentram dois desses benefícios.

O etanol emite até 90% menos dióxido de carbono (CO_2) do que a gasolina comum, devido a aspectos específicos, como o tipo de energia e o processo de sua produção, bem como o carbono absorvido pela cana em seu crescimento. Portanto, quando você opta por abastecer seu carro com etanol, você ajuda, e muito, a enfrentar o

aquecimento global e suas consequências. Não à toa esse biocombustível foi reconhecido como componente importante na ambiciosa proposta brasileira de combate às mudanças climáticas, defendida na Conferência da ONU para Mudanças Climáticas, a COP 21, que resultou no Acordo de Paris.

Atualmente, a cana, cultivada em apenas 0,5% do nosso território, produz mais de 28 bilhões de litros de etanol anidro (adicionado à gasolina, na proporção de 27%) e hidratado (disponível na bomba). O volume é suficiente para abastecer diariamente mais de 25 milhões de carros flex, ou seja, aproximadamente 68% da frota leve. Responsável por substituir 40% do consumo nacional de gasolina em 2015, o etanol é estratégico na redução das emissões de gases do efeito estufa da nossa economia.

Por que abastecer o carro com etanol vale a pena?

Para cumprir com o compromisso no acordo mundial de reduzir 43% das emissões brasileiras até 2030, o Brasil definiu que até lá o total da matriz energética deverá ter 18% de biocombustíveis sustentáveis, incluindo o etanol e demais biomassas da cana. Na prática, a demanda pelo biocombustível será de cerca de 50 bilhões de litros ao ano. E, para que isso aconteça, é preciso que o país dê mais atenção e valor ao etanol e ao uso sustentável das florestas nacionais.

Nos últimos sete anos, a cadeia da cana recuperou, sozinha, mais de 267 mil hectares de áreas ciliares, que margeiam e protegem rios e lagos, e cerca de 8 mil nascentes. Isso graças ao Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo, firmado entre governo, produtores e fornecedores canavieiros. Outro avanço ambiental se deu com o Zoneamento Agroecológico da

Cana, que determina quais áreas são aptas para a produção da planta, proibindo sua expansão na Amazônia e Pantanal.

Na área de saúde, o etanol contribui para reduzir a ocorrência de doenças. Um estudo do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da Faculdade de Medicina da USP concluiu que o uso do etanol em oito metrópoles do país reduz 1.500 mortes por problemas cardiorrespiratórios e quase 10.000 internações anuais. Por todos esses motivos, vale a pena abastecer o carro com etanol, sempre que possível. Sua saúde e o meio ambiente agradecem.

**Elizabeth Farina é diretora presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).*

A Unica é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. A autora participa do Grupo de Trabalho de Bioenergia da Coalizão.

Como a agropecuária brasileira pode contribuir para enfrentar as mudanças do clima?

14/11/2016

O Acordo de Paris para conter a elevação da temperatura do planeta entrou em vigor em 4 de novembro de 2016, bem antes do previsto. Muita gente ainda não entende o quanto isso foi importante para a história da humanidade e da Terra. Precisamos reverter com urgência a dinâmica dos gases de efeito estufa, os GEE, que têm alterado o clima, trazendo uma série de consequências para nosso dia a dia, como as chuvas torrenciais, as secas prolongadas, fenômenos como furacões e até falta de água nas torneiras das grandes cidades.

Mas o que tudo isso tem a ver com a carne que consumimos? Em 2015, as emissões brasileiras aumentaram 3,5% em relação a 2014, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). O setor de agropecuária teve um aumento de 0,6% no mesmo período. A agropecuária representa 22% das emissões totais do Brasil, o terceiro setor que mais emite, depois de mudança do uso da terra e energia (veja mais dados aqui).

Enquanto as emissões aumentavam, apenas 1% do crédito agrícola na safra 2015 e 2016 foi investido no Programa ABC, linha de crédito voltada para financiamento da implementação de técnicas de agropecuária de baixa emissão de GEE. Ao mesmo tempo, no Plano ABC (que abrange o Programa), o governo brasileiro não destinou recurso específico para outras ações, como assistência técnica e extensão rural, voltadas para agropecuária de baixo carbono, por exemplo.

Em outras palavras, o ponto a ser ressaltado é o grande potencial que o setor agropecuário carrega para ajudar a diminuir as emissões de GEE do Brasil. A área de pastagem degradada no país deve ser recuperada e utilizada de maneira eficiente, podendo assim parar de emitir carbono e passando, inclusive, a capturá-lo. Com o uso das técnicas adequadas, é possível utilizar uma área bem menor do que 1 hectare (aproximadamente um campo de futebol) para criar um boi. Essa é a média da produção brasileira hoje.

Como a agropecuária brasileira pode contribuir para enfrentar as mudanças do clima?

Essas técnicas, já bem desenvolvidas, aqui mesmo no Brasil, só serão aplicadas de maneira correta se forem apoiadas, pelo menos inicialmente, e discutidas com os proprietários de terra de maneira que façam sentido na lida diária da fazenda. O desmatamento tem relação direta com o uso eficiente da terra. Em uma área menor, melhor aproveitada, é possível produzir mais sem a necessidade de abrir novas áreas de floresta para a agropecuária.

Mas também é importante entender que cada cidadão precisa cobrar do poder público e da iniciativa privada meios para que a agropecuária colabore para alcançar as metas estabelecidas em Paris. O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005, até 2025, e em 43%, até 2030. Para alcançar esses novos limites, foram estabelecidas metas para agricultura, bioenergia, florestas,

indústria e transportes. No caso da agropecuária o objetivo é restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e implementar 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (iLPF) até 2030.

Estamos na época da COP, a conferência anual do clima, que acontece em Marrakesh, no Marrocos, em 2016. Os representantes dos países que estão reunidos lá, de 7 a 18 de novembro, devem articular as ações que atendam aos compromissos de redução de emissão estipulados em Paris no ano passado. O Brasil tem um papel muito importante, por exemplo, porque é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. As metas do Brasil são audaciosas e, daqui para frente, espera-se que o país construa, e rápido, uma estratégia eficaz para alcançá-las.

**Grupo de Trabalho da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – liderado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e pelo World Wildlife Fund (WWF).*

O que o Brasil tem a ensinar e a aprender sobre o combate ao desmatamento

12/12/2016

O Brasil é visto como vilão e herói nas esferas internacionais de discussão do desmatamento. Herói, pela redução histórica de 80% na derrubada de florestas na Amazônia, ocorrida entre 2004 e 2014. Vilão, entre outros motivos, porque, apesar disso, o desmatamento voltou a subir nos últimos dois anos, chegando a um aumento de 60% em relação a 2014, segundo números anunciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no fim de novembro. Apesar das oscilações, e até mesmo por conta delas, é possível compartilhar experiências com outros países em desenvolvimento. Três inovações brasileiras merecem destaque.

A tecnologia e a estrutura de monitoramento do desmatamento na Amazônia brasileira são muito superiores às realizadas pelos demais países da região, que não contam com um sistema de vigilância em tempo real, permitindo ações de fiscalização de forma cirúrgica, concentradas nos focos de desmatamento criminoso. Esse desafio existe na América Latina e

em vários países do oeste africano, que contam com vastas áreas de floresta e escassos recursos.

Acordos setoriais, como o da soja e da pecuária, que resultaram de ações e pressões da sociedade civil, de compradores internacionais, do setor financeiro e do Ministério Público para não se adquirir produtos oriundos de áreas desmatadas ilegalmente. São exemplos mundiais, e seus mecanismos de governança, que permitiram a construção, implementação e monitoramento desses acordos -- bem como a sua permanência e eficácia --, servem como referências valiosas para desafios como a expansão de palma sobre florestas tropicais no Sudeste Asiático, ou da soja e da pecuária sobre o Chaco e a Mata Atlântica no Paraguai.

Técnicas de restauração de vegetação e de paisagem florestal (RPF), em larga escala, por meio do engajamento de produtores rurais e comunidades. O Brasil participa de vários projetos de intercâmbio técnico com países asiáticos e latino-americanos.

O que o Brasil tem a ensinar e a aprender sobre o combate ao desmatamento

É certo que muitos desafios estão pela frente. Além do aumento do desmatamento e da degradação na Amazônia, o monitoramento de outros biomas, como o Cerrado, acontece de forma irregular ainda em nosso país, o que, somado à pressão pela expansão agrícola, resulta em mais prejuízos ambientais. Cabe acrescentar que pequenos produtores, assentamentos, comunidades indígenas e tradicionais ainda estão excluídos das cadeias produtivas globais e do acesso a políticas públicas continuadas de extensão técnica -- só para citar alguns exemplos.

Países asiáticos, africanos ou latino-americanos estão vivenciando e/ou criando experiências concretas que podem concretizar soluções a esses desafios e serem replicadas aqui. Alianças globais, que unem empresas, poder público e organizações da sociedade civil -- como o TFA 2020 --, estão, nesse momento, construindo acordos de cooperação multilaterais e multissetoriais. Eles asseguram uma abordagem mais sistêmica a

problemas dessa ordem. São potenciais parceiros de solução.

Nessa linha, a cooperação internacional se coloca como quase condição de sucesso do combate ao desmatamento. Na troca de experiências, na construção de parcerias, no enfrentamento político global de problemas transnacionais, no encontro entre desafio e solução.

O mundo assiste de perto o que se passa com o uso do solo no Brasil. O fato de não termos equacionado todas as dificuldades não nos exime da obrigação de compartilhar nossos avanços, em especial com outros países tropicais em desenvolvimento -- bem como, e inclusive por isso --, de procurar neles e em alianças globais as soluções para nossas dificuldades.

**Isabella Vitali é diretora para o Brasil do Proforest*

**Fabíola Zerbini é coordenadora regional para América Latina do Tropical Forest Alliance (TFA 2020) O Proforest e o TFA 2020 são membros da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. As autoras lideram o Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional da Coalizão.*

Por que o biodiesel é importante para o clima e para a economia

13/01/2017

Poucos sabem que o Brasil é o segundo maior produtor e consumidor mundial de biodiesel. Poucos sabem também da importância dos chamados biocombustíveis, produzidos a partir de compostos orgânicos (vegetais, por exemplo) e até de lixo. Eles são fundamentais porque ajudam no enfrentamento das mudanças climáticas e têm um efeito muito menos nocivo à saúde das pessoas do que os combustíveis fósseis, como a gasolina. Além disso, os biocombustíveis diversificam atividades agrícolas, geram renda e empregos.

Uma das metas mais ambiciosas do compromisso brasileiro no histórico Acordo de Paris prevê, até 2030, a participação de 18% de biocombustíveis na matriz energética do país como forma de reduzir nossas emissões de gases do efeito estufa (GEE). E o biodiesel -- que emite cerca de 70% menos CO² do que o diesel comum -- tem conquistado importante papel na matriz energética nacional. Isso é resultado de seu elevado grau de qualidade, que requer rigorosa especificação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compatível com as especificações dos Estados

Unidos e da União Europeia, ao lado da eficiência da indústria nacional.

Paralelamente ao compromisso de reduzir os GEE na atmosfera, o Brasil está determinado a avançar no cronograma de ampliação da mistura obrigatória de biodiesel no diesel fóssil: dos atuais 7% deve aumentar para 8%, 9% e 10% até 2019. Além disso, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem a prerrogativa de colocar em vigor o B15 (proporção de 15% de biodiesel na mistura de diesel), após a realização, até março de 2019, de testes e ensaios em motores que validem a utilização da mistura.

Está autorizado também, e em vigor, o uso voluntário de B20 (proporção de 20% na mistura) no transporte rodoviário cativo -- transportadoras, frotas de ônibus de transporte coletivo urbano ou intermunicipal/estadual, caminhões de coleta de lixo etc. -- e de B30 no transporte ferroviário e em máquinas industriais e agrícolas. Esse aumento do biodiesel na mistura do diesel é importante porque se trata de uma fonte de energia renovável e limpa, que contribui para reduzir o número de óbitos e internações, por aliviar de impurezas o ar que respiramos. Mas há mais vantagens.

Por que o biodiesel é importante para o clima e para a economia

O biodiesel brasileiro tem um papel social importante, pois beneficia a agricultura familiar. Em 2015, o programa Selo Combustível Social, que fixa percentual mínimo de matéria-prima da agricultura familiar a ser adquirido pelas usinas de biodiesel, atendeu a mais de 70 mil famílias e gerou R\$ 4 bilhões de renda a esses trabalhadores. E é por meio do Selo que as usinas de biodiesel prestam assistência técnica rural a esses produtores, possibilitando o incremento de produtividade e melhor inclusão social e produtiva.

O biodiesel também tem dado bons resultados à economia nacional: agrega valor à agricultura, sobretudo, à soja, principal matéria-prima utilizada na sua fabricação. Além disso, abre empregos de qualidade no interior, estimula a produção de culturas ainda pouco desenvolvidas no Brasil -- como palma e macaúba --, contribui para a segurança energética do país e reduz a dependência da importação de diesel fóssil.

Cabe ainda destacar a oportunidade que o biodiesel oferece ao óleo de fritura usado, que pode ser aproveitado como matéria-prima. Assim, além de gerar emprego e renda no processo de reaproveitamento desse resíduo, evita-se a contaminação de bilhões de litros de água que precisariam ser tratados pelas empresas de saneamento para serem reaproveitados pelo homem. Ao mesmo tempo, o óleo de fritura não reciclado ameaça a fauna e a flora aquática de rios, lagos e mares.

**Carlo Lovatelli é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). A Abiove é membro da Coalizão. O autor participa do Grupo de Trabalho de Bioenergia.*

Por que você deve procurar saber sobre a origem da madeira que utiliza

09/02/2017

Quando compramos madeira, geralmente não nos passa pela cabeça perguntar se ela tem origem legal e sustentável. Tal omissão alimenta um processo de declínio de nossas florestas e de toda a economia em torno dela. Você pode não saber, mas existe uma economia da floresta tropical, rentável, inclusiva e determinante para a própria preservação das florestas.

O setor madeireiro promove a extração legal de cerca de 15 milhões de m³ de toras das florestas tropicais amazônicas brasileiras, gerando em torno de R\$ 8 bilhões de receita anual. Baseado na disponibilidade de matéria-prima, tem o potencial de crescer pelo menos dez vezes. Mas, ao contrário, vem diminuindo, tanto em volume de produção, como em receita gerada.

O declínio acontece por uma série de fatores associados a informalidade, ilegalidade e insustentabilidade. Diversos levantamentos (do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e até da Interpol) estimam que cerca de 70% dos produtos madeireiros da Amazônia provêm de exploração ilegal - roubo em terras devolutas, Unidades de Conservação e reservas indígenas, além de trabalho escravo são algumas das muitas situações irregulares.

Nos rankings internacionais, o Brasil figura no topo do risco da ilegalidade. Além disso, fica aquém dos padrões - menos de 3% da produção de toras na Amazônia têm certificação FSC (sigla de Forestry Stewardship Council, que em português significa Conselho de Manejo Florestal).

Essa combinação desastrosa criou uma tendência de redução de demanda pela madeira amazônica fora do país e mesmo aqui. No mercado doméstico, há uma crescente substituição por outros materiais na construção civil. Nos mercados externos, as exigências de novas legislações ambientais (US Lacey Act, nos Estados Unidos, e EU TR, na Europa), ou relacionadas ao conceito de sustentabilidade (caso da certificação FSC), formam entraves à importação de madeira amazônica.

No lado da oferta, observa-se uma redução da produção em torno de 40% ao longo da última década. Arelado a isso, empresas que tentam atuar dentro da legalidade fecham, devido à competição desleal com operadores que descumprem a legislação e reduzem seus custos operacionais. O resultado é muito negativo: na ausência de mecanismos de valoração da floresta em pé, nossas florestas se tornam vulneráveis às pressões por conversão para outros usos da terra.

Por que você deve procurar saber sobre a origem da madeira que utiliza

Diante desse cenário, está mais que na hora de iniciar um processo de renovação, na verdade, de transformação, do setor madeireiro amazônico, introduzindo novas tendências, práticas de mercado e padrões para retomar o crescimento. Tal processo requer um conjunto de ações:

- envolvimento e capacitação de associações de produtores e de distribuidores de madeira;
- desenvolvimento de mecanismos de controle;
- incentivo ao monitoramento e ao uso de madeira legal e, gradualmente, certificada nos departamentos de compras do setor público e privado;
- fomento da indústria nos mercados internacionais.

O pré-requisito para essa mudança está em conduzir o setor para legalidade. Para tanto, são necessários o desenvolvimento e a adoção de sistemas de monitoramento, controle e rastreabilidade da produção, bem como do processamento e do transporte da madeira tropical brasileira. Qualquer iniciativa desenvolvida nesse sentido depende da transparência de informação.

Sistemas como o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam) e o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora), adotados nos estados do Pará e de Mato Grosso, disponibilizam muitos dados relacionados ao setor, embora melhorias e mais transparência sejam ainda desejáveis. O Sisflora 2, recentemente implementado no Pará, é um passo na direção certa. Em contraste, nos estados que adotam o sistema do governo federal (Sistema DOF - Documento de Origem Florestal), cria-se um ambiente propício à fraude.

Por isso, é essencial que o governo federal e os demais estados amazônicos caminhem para possibilitar mais controle e monitoramento. Você também pode fazer sua parte. Da próxima vez que for comprar um produto de madeira, exija que o vendedor demonstre sua origem. Uma nova cultura de consumo vai ajudar a reerguer o setor madeireiro brasileiro e a elevá-lo a outro patamar.

**Pedro Moura Costa é diretor do Instituto BVRio. O BVRio é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. O autor participa do Grupo de Trabalho de Economia da Floresta Tropical da Coalizão.*

Como plantar árvores vira um grande negócio

21/03/2017

Vivemos numa época em que os recordes de temperaturas altas do planeta vêm sendo quebrados ano a ano, quase que ininterruptamente, desde 2001. O mais quente de todos foi 2016: 0,99o C acima da média do século 20, anunciou, em janeiro, a Noaa, órgão norte-americano para assuntos sobre meteorologia, oceanos, atmosfera e clima. Diante desse cenário, muitos caminhos começam a ser construídos para cumprir o Acordo do Clima, firmado em Paris, em 2015, e conter a elevação da temperatura do planeta em menos de 1,5o C, até 2100.

Acontece que diminuir o desmatamento e reflorestar — em outras palavras, manter florestas em pé e aumentar suas áreas — é atualmente a maneira mais efetiva e competitiva, em termos de custo, de mitigar o aquecimento global, segundo estudo da McKinsey de 2007 . Ou seja, plantar árvores traz enorme benefício para o clima e para o planeta, e o melhor: dependendo do modelo de plantio esse é um ótimo negócio, também, do ponto de vista financeiro.

Portanto, esse é o momento para a agenda de restauração florestal e de reflorestamento decolar, ganhar escala e entrar em qualquer portfólio de investimentos. Atrair capital

público e privado para novos modelos de negócios nessa área será, inclusive, fundamental para cumprir uma das metas da NDC brasileira (os compromissos do país para o Acordo de Paris) de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030.

Investir em árvores pensando em rentabilidade financeira não é novidade no Brasil. Já aconteceu com as chamadas florestas plantadas. No caso do eucalipto, por exemplo, a produtividade triplicou em um período de 40 anos. A maior parte do sucesso obtido aqui pode ser atribuído à tropicalização da silvicultura, isto é, um jeito nosso e próprio de cultivar essas árvores. Algo que só foi possível graças a recursos aportados em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O mesmo pode ser feito com espécies de árvores nativas do país. O desenvolvimento e a aplicação de tecnologias criarão a base para uma nova economia florestal tropical, que por sua vez abrirá caminhos para o reflorestamento em larga escala. Entre os muitos modelos de plantio possíveis, há aqueles com fins econômicos, que permitirão reflorestar com espécies nativas, mas ao mesmo tempo fazer uso comercial delas.

Como plantar árvores vira um grande negócio

Então, o que impede que se invista mais em florestas? Uma das principais barreiras, constatadas em discussões internacionais — bem como em uma série de oficinas promovidas no país pelo Projeto VERENA (de Valorização Econômica do Reflorestamento com Espécies Nativas) — é a falta de incentivo a P&D para nativas. O VERENA identificou que é preciso implementar um programa pré-competitivo nesse sentido. Isto é, um programa que responda às perguntas básicas de quem quer investir.

Por que espécies nativas ainda não são usadas em escala comercial? Quais espécies já foram domesticadas (ou seja, já estão dentro de um sistema de produção com algum grau de melhoramento)? Como estimular ou adotar plantios com modelos biodiversos (quando várias espécies são cultivadas dentro de um mesmo sistema)? Onde e em que estado de conservação estão os bancos de pesquisa e material genético dessas espécies (germoplasma)? Por que o eucalipto se tornou um caso de sucesso? A partir daí, será possível identificar que espécies nativas podem ter sua produtividade aumentada, quais darão retorno financeiro mais rapidamente, quais serão mais valiosas no mercado e

assim por diante. Isso inserirá as florestas para dentro da visão de futuro de investidores.

Programas de P&D levam décadas para mostrar grandes resultados, o que implica grandes investimentos por um período maior de tempo. Mas a boa notícia vem novamente do Acordo de Paris. O artigo 10 do tratado do clima estabelece uma visão de longo prazo sobre a importância do desenvolvimento e da transferência de tecnologias para reduzir emissões de gases do efeito estufa. Isso significa que países em desenvolvimento poderão captar recursos por meio de fundos bilaterais e multilaterais com o propósito de financiar tecnologias, como a de desenvolvimento de espécies arbóreas.

Não há dúvida de que a implantação de um programa pré-competitivo e robusto promoverá, no curto prazo, a melhoria no ambiente de negócios para o reflorestamento com nativas (menos risco ao investidor, com perspectivas de aumento de produtividade e, conseqüentemente, maior retorno econômico). Em suma, o acelerador para a implementação do que foi acordado em Paris passará pelo desenvolvimento de espécies nativas. Que tal investir nessa área?

**Alan Batista é analista de investimentos do WRI Brasil.*

**Miguel Calmon é diretor de Florestas do WRI Brasil.*

O WRI Brasil é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Os autores participam do Grupo de Trabalho de Restauração e Reflorestamento da Coalizão e trabalham no Projeto VERENA.

A transparência do Cadastro Ambiental Rural contribui com a fórmula 'produzir e conservar'

10/04/2017

O Brasil está viabilizando uma ferramenta inédita em nível global, capaz de monitorar o desmatamento, ajudar a conservar e recuperar a vegetação nativa e melhorar a gestão de uso da terra em áreas particulares, garantindo a adequação delas à legislação ambiental. Trata-se do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que reúne os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de uma série de módulos e ferramentas. Quem vive no campo já ouviu falar bastante do CAR. Ele é um registro obrigatório para todo tipo de propriedade ou posse rural do país, previsto no Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Por tudo isso, o Sicar atrai atenção de muitos setores, pelos interesses e expectativas em jogo: produtores rurais, grandes corporações do mercado de commodities, bancos, Ministério Público, ambientalistas, governos de todas as esferas — tanto no âmbito executivo, como legislativo. Afinal, esse sistema é importante não apenas para garantir a conservação de recursos naturais, como mananciais e solo, mas também para o próprio produtor rural, que, ao provar que suas terras estão regularizadas e seguem o que manda a lei ambiental, pode manter suas relações com o mercado e, ainda, torná-las atrativas para financiadores e investidores.

Todos têm muito a ganhar, mas receios também estão presentes, o que é compreensível, dados a magnitude e os saltos potenciais na gestão do uso da terra. Por exemplo, há produtores que temem ter seus dados patrimoniais disponibilizados, o que não está ocorrendo. Nesse cenário, a necessidade de transparência e de acesso público ao Sicar ganhou relevância nos debates, tendo como marco o lançamento do módulo de consulta pública online pelo Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro, no fim de 2016. O que ficou disponível, então, foi uma área do sistema que permite o acesso e o download de informações georreferenciadas de natureza pública, como:

- Número do Cadastro Ambiental Rural;
- Localização do imóvel (propriedade ou posse rural);
- Área total do imóvel;
- Áreas de remanescentes de vegetação nativa nele situadas;
- Área de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente;
- Áreas de uso restrito;
- Áreas de uso consolidado;
- Áreas de servidão administrativa;
- Estágio (ou status) de validação/análise do CAR.

A transparência do Cadastro Ambiental Rural contribui com a fórmula 'produzir e conservar'

Essa área de consulta pública mostra a importância da transparência de informações das propriedades e posses rurais. Mas que transparência é essa?

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, após realizar um intenso debate entre seus membros, com harmonização de interesses setoriais em prol do fortalecimento do Código Florestal, defende a ampla transparência de dados, cadastros e sistemas de informações ambientais e fundiárias, pois esse é um caminho fundamental à participação e às contribuições da sociedade.

O movimento acredita que a transparência traz segurança jurídica à produção agrícola, porque ela define bem a linha que separa produtores regulares, ou em regularização legal, daqueles que poderiam macular a imagem do setor.

Por exemplo: permite melhor coordenação nas cadeias produtivas, ao ajudar a identificar, entre outros aspectos, se a matéria-prima ou produtos agropecuários adquiridos são oriundos de terras desmatadas ilegalmente.

A Coalizão Brasil também acredita ser fundamental a disponibilização de

informações de natureza pública do CAR, bem como o acesso automatizado a blocos/massas de informação por sistemas independentes de empresas, bancos, centros de pesquisa, consultorias e ONGs. Esse acesso facilitado e atualizado permitirá decisões mais coerentes no ato de compra ou financiamento da produção, possibilitará análises técnicas ou científicas com base na realidade, favorecerá o planejamento da recuperação ambiental de propriedades e bacias hidrográficas, entre outros. Ao mesmo tempo, entende que a transparência dessas informações deve ser garantida e protegida pela lei, por meio de protocolos digitais robustos de segurança.

Sabe-se que a transparência dos dados do Sicar ainda está em aprimoramento e discussão, e a Coalizão Brasil se coloca à disposição para contribuir, propor e apoiar esse avanço. A recente abertura dos dados, ainda que inicial, já é uma importante conquista do país. Ela mostra à sociedade brasileira e ao resto do mundo que a maior potência ambiental do planeta, que também é grande produtora de alimentos, está no caminho de aliar produção agropecuária em escala com a conservação dos recursos naturais.

** Frederico Machado é especialista em Políticas Públicas do WWF Brasil*

** João Adrien é diretor da Sociedade Rural Brasileira*

** Yuri Feres é gerente de Sustentabilidade da Cargill*

WWF Brasil, Sociedade Rural Brasileira e Cargill são membros da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Os autores coordenam o Grupo de Trabalho do Código Florestal da Coalizão

Como a eletricidade da cana produz benefícios para além da energia limpa

08/05/2017

São muitas as razões que conferem um protagonismo cada vez maior à cana-de-açúcar na cena global da sustentabilidade. Suas contribuições para que o Brasil tenha uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta e seja um destacado ator nas questões ambientais vão muito além do etanol.

A cana, fonte renovável mais utilizada pelos brasileiros, é também sinônimo de alta eficiência na geração de energia elétrica. Aproveitando o bagaço e a palha oriundos da colheita e moagem da planta, a eletricidade fornecida pelas usinas para o setor elétrico gera mais de 180 mil empregos diretos, além de evitar a emissão de gases do efeito estufa.

A safra da cana ocorre exatamente no período seco e crítico para os reservatórios das hidrelétricas, permitindo, assim, grande sinergia e complementariedade entre as duas fontes. A proximidade das indústrias de cana com os centros

urbanos é outro fator de importância, já que assim é possível reduzir o nível de perdas no sistema e a necessidade de investimentos em infraestrutura.

Além disso, todas as unidades sucroenergéticas são autossuficientes em energia elétrica durante a época da safra e mais da metade delas exportaram excedentes em 2016. De janeiro a dezembro deste mesmo ano, foram entregues mais de 21 mil GWh para a rede nacional.

Esta economia equivale à energia gerada por 15% da água dos reservatórios hidrelétricos. É também suficiente para abastecer 11 milhões de residências e evitar a emissão de 9 milhões de toneladas de carbono ou o plantio de 64 milhões de árvores nativas.

Como a eletricidade da cana produz benefícios para além da energia limpa

No entanto, nosso potencial de bioeletricidade sucroenergética não tem sido totalmente utilizado. Em 2016, foi ofertado à rede o equivalente a 4,6% do consumo total de energia elétrica no país. Esse índice poderia chegar a 28%, considerando os excedentes do ano anterior.

No futuro, outros ganhos poderão surgir com amadurecimento de novas tecnologias, como variedades de cana mais fibrosas. Entre os subprodutos, além da vinhaça que é utilizada atualmente como fertilizante nos canaviais, é possível esperar também a produção de biogás da vinhaça nos próximos anos.

Os derivados da cana são parte do compromisso brasileiro de combate ao aquecimento global. O Acordo do Clima, ratificado em 2016 por mais de 190 países, representa um esforço coletivo para limitar o aumento da temperatura terrestre em 1,5 °C até 2100.

O Brasil prevê, até 2030, aumentar a presença dos biocombustíveis em sua matriz energética para 18%. Essa projeção fará que a produção de etanol atinja aproximadamente 50 bilhões de litros, quase o dobro da atual.

Ao mesmo tempo, o uso de outras fontes renováveis deverá chegar a 23% de toda a geração. Nesse cenário, o bagaço e a palha terão ainda mais relevância, pois correspondem 90% da energia de biomassa do Brasil.

Essas matérias-primas representam hoje a terceira maior fonte de eletricidade em termos de capacidade instalada no país, atrás apenas da hídrica e das termelétricas a gás natural. E, por isso, elas serão cada vez mais estratégicas para a segurança energética do Brasil.

**Elizabeth Farina é diretora presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).*

A Unica é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. A instituição participa do Grupo de Trabalho de Bioenergia e a autora dos Grupos Estratégico e Executivo da Coalizão Brasil.

Logística de baixo carbono é uma solução inteligente para a agricultura

31/05/2017

A produção global de alimentos precisa aumentar 60% até 2050 para garantir o equilíbrio alimentar de uma população crescente, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A necessidade de ampliação expressiva dessa produção e o avanço das mudanças climáticas são grandes desafios que colocam o Brasil em posição de destaque internacional. O país é um dos raros lugares onde é possível conciliar expansão da agricultura e proteção das florestas, o que pode colaborar com a solução para esses problemas.

Isso ocorre porque o país ainda está longe de atingir todo o potencial produtivo das áreas já abertas. Grosso modo, dos 850 milhões de hectares do país, 550 milhões ainda estão sob a forma de vegetação nativa, em áreas protegidas, terras indígenas, assentamentos, propriedades privadas e algumas porções significativas na Amazônia ainda não destinadas.

A área de lavoura, na qual exercemos liderança na produção mundial de vários produtos, ocupa aproximadamente 70 milhões de hectares ou 8% da área total. Além disso, temos 200 milhões de hectares de pastagens, com atividades econômicas muito pouco produtivas, com média de uma cabeça de gado por hectare.

É verdade que há muita discussão sobre a precisão desses números, mas as ordens de magnitude já pintam um quadro bastante claro: o país tem vastas

extensões de terra, principalmente sob a forma de pastagens, com grande aptidão agrícola e que estão subutilizadas. Não é preciso desmatar para produzir mais.

Um instrumento para ajudar o país a utilizar o potencial das áreas já abertas e reduzir a pressão de desmatamento é o planejamento da logística. Corredores logísticos, fruto de um planejamento setorial e territorial alinhados e de um marco regulatório apropriado, podem criar os incentivos corretos para isso. Mas, até hoje, a relação histórica entre a construção de estradas e a ocupação desordenada em seus entornos explica mais de 80% do desmatamento na Amazônia.

Não precisa ser assim. O Brasil desenvolveu um eficaz mecanismo de monitoramento e combate ao desmatamento com base nas informações de satélite, em tempo quase real, e que ainda pode ser usado junto ao cadastro georeferenciado de cada imóvel rural, para controlar os efeitos adversos da expansão da infraestrutura logística. Com isso, o planejador tem ao alcance das mãos opções de políticas para a logística que podem influenciar na redução de emissões derivadas do uso da terra.

Portanto, uma logística mais inteligente pode reduzir as pressões por desmatamento ao longo das estradas e promover o desenvolvimento de lavouras em áreas de pastagens subutilizadas. Além disso, pode integrar modais de transporte como ferroviários e aquaviários, reduzindo as emissões de carbono diretas e indiretas de forma substantiva.

Logística de baixo carbono é uma solução inteligente para a agricultura

Este é o objeto do Grupo de Trabalho (GT) de Logística de Baixo Carbono da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: focar na logística de transporte de cargas das atividades florestais e agropecuárias do país e no processo de tomada de decisão sobre modais, incluindo suas emissões diretas e seus efeitos sobre padrões de uso da terra.

O objetivo principal do GT é promover a logística de baixo carbono com base em critérios ambientais, sociais e econômicos, por meio da produção de conhecimento, articulação política e formulação de propostas para incorporação no Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), nos Planos Decenais e de Longo Prazo de Energia (PNE e PDE) e, conseqüentemente, na meta climática (NDC) do Brasil.

E, para isso, o GT pretende apoiar a realização de planos setoriais de logística de transporte, indicando vias de realização dos planos nacionais. Além de evidenciar dados e casos práticos que promovam os caminhos para sua implementação.

Uma logística mais inteligente e moderna é essencial para a competitividade do país, afinal a vastidão territorial determina os custos de transportes. A exportação agropecuária, que responde por um terço da balança comercial do país, chega a percorrer 1.500 km em terras nacionais antes de chegar a um porto exportador.

Esse deslocamento é feito predominantemente através de rodovias, o modal de transporte de carga mais caro e com maior emissão direta de GEE. O custo dessa logística chega a representar 8% da receita líquida nas empresas do agronegócio, ou até 30% no caso de empresas do Mato Grosso.

O baixíssimo uso do transporte por água (11% para cabotagem e 5% para hidrovias) e por ferrovias (15% das cargas inter-regionais, segundo a Empresa de Planejamento e Logística) ignora que estes são os modais mais baratos para as distâncias percorridas pela produção agropecuária com fins de exportação.

Há uma clara necessidade de aprimoramento da matriz nacional, por meio do gerenciamento mais eficaz dos corredores logísticos, combinando modais de forma mais eficiente, para que a redução de emissões esteja alinhada à redução de custos.

Por todos esses motivos, é possível prever que o GT atua em uma questão central para a agricultura brasileira, pois a agenda da logística de baixo carbono se traduz em ganhos de competitividade, preservação das florestas e manutenção do clima.

**Juliano Assunção é Diretor da Climate Policy Initiative e Professor de Economia da PUC-Rio*

**Ana Cristina Barros é Diretora de Infraestrutura para América Latina na The Nature Conservancy*

**Celina Carpi é Membro do Conselho de Administração do Grupo Libra*

**Valéria Militelli é Diretora de assuntos corporativos da Cargill e Presidente da Fundação Cargill*
Climate Policy Initiative, The Nature Conservancy, Grupo Libra e Cargill são membros da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Os autores coordenam o Grupo de Trabalho (GT) de Logística de Baixo Carbono da Coalizão.

O clima entre Trump e Temer

02/06/2017

A posição do governo brasileiro condenando a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris é elogiável e coerente com o discurso que o Brasil tem adotado ao posicionar-se como um dos líderes mundiais no combate às mudanças climáticas.

No entanto, para que essa manifestação faça sentido não apenas no âmbito internacional, mas também dentro do Brasil, é preciso que o presidente Michel Temer veto duas medidas provisórias que aguardam sua sanção e colocam em risco os compromissos climáticos e de biodiversidade assumidos pelo País. É hora de Temer mostrar que se diferencia das lideranças políticas que seguem apostando na economia do século 19 e demonstrar que o Brasil é capaz de enxergar as oportunidades do futuro.

Em meio a uma grave crise política, uma série de atitudes tomadas pelos integrantes do Congresso Nacional, sem a devida discussão com a sociedade e com surpreendente agilidade, coloca em risco a proteção florestal, comprometendo as metas climáticas, já que o setor de florestas e uso da terra é a principal fonte de emissões de gases estufa do Brasil. Essas propostas de mudanças nas políticas públicas ambientais ameaçam populações tradicionais,

patrimônio natural, segurança hídrica e alimentar e atividades econômicas ligadas à floresta, assim como o próprio agronegócio, responsável por quase 25% de nosso PIB.

Trata-se da aprovação das medidas provisórias (MPs) 756 e 758, que retiram de proteção 588,5 mil hectares de florestas na Amazônia e diminuem em 20% o Parque Nacional de São Joaquim (SC), um dos principais refúgios da biodiversidade da mata atlântica na região. A justificativa dos congressistas para essas MPs e outras peças legislativas que legalizam ocupações irregulares e outras atividades ilegais no campo é a necessidade de se liberar terras para produzir – o que não se sustenta.

Tais alterações nas leis brasileiras refletem um sistema de uso da terra antiquado e dissonante do que o mercado exterior espera do setor agropecuário nacional. Por isso, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, iniciativa que reúne representantes de associações empresariais, empresas, sociedade civil e institutos de pesquisa, publicou recentemente um posicionamento expressando sua preocupação com tais mudanças, e recomendou ao presidente o veto total dessas duas medidas provisórias.

O clima entre Trump e Temer

O que está em jogo é mais do que um novo recorte de algumas unidades de conservação. Trata-se de um bem valioso para qualquer país: sua reputação. Investidores e mercados internacionais exigem sistemas produtivos sustentáveis e se afastam frente a medidas como essas. Elas se somam ao aumento de quase 30% do desmatamento registrado na Amazônia em 2016, gerando a desconfiança que o Brasil não consegue cumprir suas obrigações e compromissos internacionais.

Tão grave quanto desprezar princípios de sustentabilidade e de confiabilidade do mercado, a aprovação dessas medidas abre questionamentos sobre o quão sólidas são as leis brasileiras e a capacidade do governo central de zelar por elas.

Quase 70% da ocupação de uma das unidades de conservação em questão, a Floresta Nacional do Jamanxim (PA), ocorreu nos anos imediatamente anteriores e após sua criação, em 2006, segundo relatório do próprio governo. Ao reduzir essa área para acomodar tais ocupantes, entre eles ilegais, o Legislativo coloca a si e a Presidência numa saia justa.

Num mundo em que critérios de sustentabilidade cada vez mais estão no centro da tomada de decisão de grandes investimentos, o Brasil, referência dos mais valiosos ativos ambientais do planeta, perde a oportunidade de protagonizar uma economia de baixo carbono, competitiva e respeitada e de zelar pelo futuro da nação, a começar pelos nossos filhos e netos.

A instabilidade política, econômica e social não pode ser usada para colocar em risco políticas estruturantes. Ela já tem afetado o emprego do brasileiro, o apetite para investimento e o custo de serviços básicos para uma vida digna e é missão de líderes, representantes da sociedade e formadores de opinião manterem a capacidade de o País empreender e construir uma agenda de futuro justa, solidária e sustentável.

É preciso reiniciar o debate sobre esses temas, com base técnica e ampla participação dos interessados, e rejeitar a intolerância no debate público. O primeiro passo nessa direção é, na voz dos mais diversos setores da economia, o veto integral às medidas provisórias. A proteção florestal e a segurança climática interessam ao Brasil e ao mundo.

** Marcelo Furtado, facilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura*

** José Luciano Penido, presidente do Conselho de Administração da Fibria*

** André Guimarães, diretor-executivo do IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.*

Os autores são membros do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Multilateralismo e mecanismos de mercado de carbono

26/06/2017

Após quase 20 anos de existência, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto passou por altos e baixos. O valor de suas Reduções Certificadas de Emissões (equivalentes a uma tonelada de CO² ou a um "crédito de carbono") já chegou a 25 euros, movimentando cerca de 20 bilhões de dólares por ano. Hoje, os valores não chegam a um euro/RCE.

Poderiam haver interpretações equivocadas sobre falhas do mecanismo, dada à diminuição de sua eficácia como incentivo à mitigação. Porém, essa perda de valor aparente está muito mais relacionada à queda na demanda. Esta pode ser explicada por fatores econômicos (crise econômica associada à modesta meta do protocolo para países industrializados) e políticos (entre os quais a não aceitação de RCEs em alguns países desenvolvidos após a definição das regras, sobretudo na Europa).

Isso também contribui para a incerteza regulatória. Afinal, se todos os países concordaram, como explicar mudanças de posições após regras acordadas a quem investiu ou quer investir? O momento atual é de transição do MDL para um novo mecanismo no âmbito do Acordo de Paris. Conhecido como Sustainable Development Mechanism (SDM), oferece a chance de aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, de se corrigir um possível precedente de "perigo moral" que afeta a confiança de longo prazo nas instituições.

É no contexto mais amplo que se encontra o principal legado do MDL: o institucional. Mais que compensar emissões, uma base regulatória de consenso entre 191 países foi criada, com forte capilarização setorial e geográfica. Ela permitiu o acesso de organizações a um sistema de precificação de carbono via mercado com objetivo maior de promover a mitigação, sob a legitimidade global da ONU.

Os números são robustos. Mais de 7.700 projetos no mundo, mais de 1,8 bilhões de toneladas em redução de emissões, além de 184 metodologias de grande e pequena escala, aplicáveis a quase todos os setores econômicos, segundo dados da ONU.

Sempre houve críticas à operacionalização do mecanismo e naturalmente houve erros. Mas é difícil imaginar que a geração de unidades de redução de emissões conversíveis em valor monetário seja desprovida de complexidade.

Trade-offs (perde e ganha) entre complexidade, eficiência e escala fazem parte do processo, desde que a integridade ambiental do sistema não seja colocada em risco, pois representa seu maior pilar de credibilidade.

Houve, entretanto, avanços importantes, como a possibilidade de se fazer programas de atividade que abarcam vários sub-projetos e permitem ganhos de escala e arranjos setoriais ou entre países. A melhoria contínua é premente.

Multilateralismo e mecanismos de mercado de carbono

Porém, desafios operacionais não podem ser pretexto para a quebra institucional que ocorreria na ausência de um processo de transição justo após quase 20 anos de esforço e consenso multilateral, algo bem valioso.

MDL no Brasil

O Brasil oscilou entre a 3ª e 4ª posição no número de projetos, o que é substantivo quando se considera que os líderes (China e Índia) representam economias mais intensivas em carbono.

Até 2016, estima-se que o mecanismo gere mais de 375 milhões de tCO₂e em redução de emissões no país.

Foi o MDL que motivou os primeiros contatos entre diversos agentes econômicos e ações de mitigação, gerando capacidades diretamente aplicáveis ao desenvolvimento de uma nova economia. No futuro, o SDM pode ter papel mais relevante para auxiliar o país a implantar seus compromissos de mitigação, inclusive em áreas decisivas, como restauração e reflorestamento. Pode, também, englobar a recuperação de ecossistemas e a difusão da biomassa em diversas cadeias produtivas.

Isso já é permitido no âmbito do MDL, mas passa por fortes restrições de demanda e por algumas barreiras unilaterais. Um aspecto que pode melhorar o aproveitamento do mecanismo é a integração com um

sistema doméstico de precificação de carbono e com políticas públicas carentes de recursos pela pressão fiscal no Brasil.

Em paralelo, diversos países têm implantado ou estudam sistemas de precificação de carbono independente de coordenação multilateral. Segundo o Banco Mundial, já existem mais de 50 jurisdições em vários países e estados, representando 20% das emissões globais.

Integrar esses diferentes sistemas pode parecer longínquo e utópico, o que aumenta ainda mais a importância de uma transição balanceada entre o MDL e o SDM. Representa a oportunidade rara de se manter um mecanismo global, com legitimidade multilateral, capaz de viabilizar a atuação direta de agentes produtivos nos esforços de mitigação.

A diversidade de mercados domésticos não é ruim. Porém, abrir mão de alternativas que promovam soluções multilaterais parece bastante arriscado. Uma transição justa, que considere a validade de esforços iniciados enquanto estiverem vigentes as regras atuais e possibilite a melhoria e o aproveitamento da base metodológica construída, é crucial para manter vivo o incentivo à mitigação e a credibilidade do multilateralismo em mercados de carbono.

Elizabeth de Carvalhaes, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), e Fábio Marques, diretor da Plantar Carbon e consultor da IBÁ.

A IBÁ é membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Os autores participam do Grupo de Trabalho de Valoração e Serviços Ecosistêmicos.